

1. AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

O monitoramento e a avaliação de Programas de Governo tem finalidades bastante precisas: (1) proporcionar aos gestores públicos bases para a tomada de decisões eficazes sobre os mesmos; (2) estabelecer elementos para maior transparência da política pública; (3) desenvolver e melhorar estratégias de intervenção na realidade e gerar aprendizado institucional; e (4) proporcionar tanto aos gestores públicos, como aos diversos setores interessados da sociedade, acesso a informações relevantes quanto a execução da política pública, contribuindo para a efetividade dos gastos públicos e participação social, fortalecendo assim as instituições envolvidas e a própria sociedade.

Os instrumentos do monitoramento e da avaliação são fundamentais para uma gestão orientada para resultados, na medida em que podem – e devem – ser utilizados durante todo o ciclo de gestão, subsidiando desde o planejamento e formulação de uma intervenção, o acompanhamento de sua implementação, os consequentes ajustes a serem adotados, e até as decisões sobre sua manutenção, aperfeiçoamento, ampliação, redirecionamento ou interrupção.

As diferenças entre o monitoramento e a avaliação são basicamente de escopo e tempo. Enquanto o monitoramento é um instrumento de gestão que proporciona o exame contínuo de processos, produtos e resultados das ações públicas realizadas, gerando recomendações de melhorias ao processo de execução, a avaliação tem uma atuação mais profunda e ampla, na medida em que realiza exame detalhado, tendo como agente provocador os dados do monitoramento. A avaliação permite a análise da informação, conteúdo, estrutura, processo e resultados das ações governamentais, possibilitando o aperfeiçoamento da gestão e efetividade da intervenção estatal.

O objetivo deste Sumário Executivo é apresentar os principais resultados oriundos da Avaliação Inicial e do Monitoramento do Programa 138 – Economia Criativa.

A Avaliação Inicial qualifica os parâmetros que permitem aos dirigentes conhecer, opinar, comparar e decidir acerca dos Programas de Governo, possibilitando melhoras substantivas na qualidade do planejamento e execução das ações de política pública. Fundamentada na igualdade de critérios para todos os projetos ou Programas que tenha por objeto, a Avaliação Inicial concentrou-se na análise de aspectos do desenho do Programa (concepção, planejamento e gestão) sem a pretensão de chegar a conclusões sobre os efeitos e os impactos destes nem estabelecer relações de causalidade entre o desempenho das ações e as mudanças nas condições dos seus beneficiários.

Com o objetivo de avaliar o desenho, planejamento e gestão dos Programas do PPA 2012-2015, a metodologia utilizada está alinhada com as melhores práticas nacionais e segue uma tendência internacional de realização de avaliação de Política Pública fomentada inclusive por órgãos de financiamento como o Banco Mundial que visam à efetividade na utilização de seus recursos.

É importante ressaltar que o modelo proposto se aproxima bastante da Avaliação Executiva de Projeto (AEP), por considerar suas dimensões focais e prazo de realização. Esta, também, utiliza os instrumentos metodológicos e de coleta de dados semelhantes, a exemplo da Matriz do Marco Lógico¹ (MML) e Pesquisa de Campo.

Quanto ao Monitoramento, o recorte escolhido permitiu a análise da Execução Financeira do Programa em 2012, a partir dos dados extraídos do Sistema Informatizado de Planejamento (Siplan). Foram analisados os resultados do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira, inclusive por Compromisso.

Os principais usuários do monitoramento e da avaliação deste Programa de Governo são: a Seplan, por atribuição regimental, especialmente a SGA; a Secretaria de Cultura, a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração; a Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda; a Secretaria de Educação; e a Secretaria de Comunicação Social do Estado da Bahia; e a Casa Civil do governo, por sua atribuição regimental de articulação das políticas públicas.

Neste processo, monitoramento e avaliação se articulam em uma relação de complementaridade. Seus processos se retroalimentam de forma que o primeiro fornece uma visão instantânea da situação do Programa em execução, em que pese sua concepção, desenho e gestão. A avaliação, por sua vez, indica as questões críticas e possíveis soluções a serem monitoradas, viabilizando a ação do gestor no sentido de aperfeiçoar o Programa para obter mais e melhores resultados. A avaliação da concepção do Programa e da qualidade do planejamento aliada às informações do monitoramento fornecem insumos estratégicos para a gestão. Nesse sentido, um melhor controle do gestor, possibilitado por este Sumário Executivo, direciona ao cumprimento das metas além de mais e melhores resultados.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Avaliação Inicial de Programas de Governo, foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: (1) Elaboração de Proposta de Matriz do Marco Lógico; (2) Coleta de informações documentadas; e (3) Realização de Pesquisa de Campo.

A pesquisa de campo combinou abordagens e procedimentos quantitativo e qualitativo. As abordagens quantitativas (Questionário *on-line*), por definição, permitem aferir a magnitude e extensão dos fenômenos, sem, todavia, possibilitar a exploração do seu significado substantivo. Com a utilização dos métodos qualitativos de Grupo Focal e Entrevistas Coletivas, torna-se possível explorar não apenas o comportamento das variáveis e identificar as relações existentes entre elas, mas também examinar os sentidos a elas atribuídos que as tornam significativas e capazes de orientar as ações dos atores. Quanto à amostra, esta foi do tipo não-probabilística, de natureza intencional, definida segundo o critério de envolvimento com a formulação e implementação do Programa selecionado.

No que tange ao Monitoramento, para as análises da execução financeira dos Programas em 2012, foram realizadas coletas de dados referentes aos recursos financeiros: Orçado Inicial (orçamento conforme publicado na LOA), Orçado Atual (valor inicial, acrescido ou deduzido, após as modificações orçamentárias, ao final do exercício), Empenhado (crédito orçamentário formalmente comprometidos com o atendimento de encargos ou compromissos assumidos perante terceiros), Liquidado (valor reconhecido pela administração como devido, após o recebimento do objeto gerador do débito e o exame da documentação pertinente) e Pago (pagamentos feitos aos credores, com base nas despesas liquidadas); por Compromissos e Fonte de Recursos (origem e natureza dos recursos orçamentários), a eles atreladas, de cada um dos Programas. Estes dados

foram extraídos por meio de Pesquisa Dinâmica (levando em consideração os dados referentes à Projetos, Atividades Finalísticas e investimentos de Empresas não Dependentes) do relatório do Siplan e organizados em uma tabela.

Em seguida foi realizada a leitura dos dados da tabela, dividida em duas seções. A primeira seção diz respeito à análise dos resultados gerais do desempenho financeiro do Programa, de modo a verificar mudanças orçamentárias e a execução financeira (utilização dos recursos financeiros, visando quitar as obrigações assumidas, no caso desta análise utilizou-se o valor Pago para os cálculos), inclusive das Fontes de Recursos. A segunda seção trata dos resultados financeiros dos Programas por Compromisso.

3. AVALIAÇÃO INICIAL: DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E APRESENTAÇÃO DO GRUPO PESQUISADO

O Programa Economia Criativa surge em resposta à necessidade de promover a revitalização de determinadas regiões por meio da cultura, enfatizando o papel da arte e da cultura na promoção de inovação e crescimento econômico. Sua ementa – “Desenvolver ações de fomento e promoção à economia criativa, contemplando a diversidade de áreas e manifestações da cultura” –, reflete a ideia de um fomento cultural que abrange diversas etapas, desde a produção, passando pela distribuição até a comercialização de bens culturais de diversas naturezas.

O Programa está inserido no Eixo Estruturante Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento, na área temática Cultura e Desenvolvimento, e está estruturado em dez compromissos, ligados à Secretaria de Cultura (Secult), à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), à Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (Setre), à Secretaria de Educação (SEC) e à Secretaria de Comunicação Social (Secom); 71 entregas e 41 ações orçamentárias. Estão previstos recursos para os quatro anos do PPA 2012-2015 na ordem de 199 milhões de reais.

No que tange à pesquisa quantitativa, foram convocados 46 representantes do Programa, sendo que, destes, 36 responderam ao questionário, resultando em um aproveitamento da amostra de aproximadamente 78%. No grupo focal estavam presentes seis representantes dos diversos órgãos que participaram da execução do Programa: Secretaria de Cultura (Secult), Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SICM), Secretaria do Trabalho, Emprego e Renda (Setre), Secretaria de Educação (SEC) e Secretaria de Comunicação Social (Secom). Na investigação dos respondentes quanto ao Cargo que ocupavam, verifica-se que dos 36 respondentes nove encontravam-se exercendo o cargo de diretor, oito eram coordenadores, cinco assumiam o cargo de técnico, quatro eram assessores e outros quatro ocupavam o cargo de diretor geral; três assumiam o cargo de gerente, enquanto os cargos de chefe de gabinete, coordenador técnico e superintendente eram representados por um respondente cada. No que diz respeito ao vínculo com o órgão, dos 36 respondentes, 29 compunham a categoria Temporário (comissionado, função gratificada, REDA), enquanto sete faziam parte do quadro efetivo.

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO INICIAL E MONITORAMENTO

Os principais resultados da construção de proposta de Matriz de Marco Lógico e Pesquisa de Campo foram agrupados e sintetizados em PONTOS FORTES e PONTOS FRACOS do Programa e estão apresentados a seguir:

Quadro 1 – Síntese dos Resultados da Pesquisa

CONCEPÇÃO	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>1 – O processo de formulação envolve insumos diversos: demandas sociais advindas, dentre outros, do processo de escuta social – Plano Plurianual Participativo (PPA-P) e conferências estaduais de Cultura –; diretrizes do governo federal, a partir do Ministério da Cultura, que impulsionaram a temática no estado, e contextos nacional ou internacional.</p> <p>2 – Entendimento comum do Programa orientado para uma abordagem de longo prazo, para produzir estudos e informações na área da economia criativa e promover a delimitação do conceito, a qualificação e a profissionalização na área.</p> <p>3 – Conhecimento dos resultados esperados do Programa, ainda que se admita a identificação para alguns compromissos apenas.</p>	<p>1 – Indicadores inconsistentes com o que se pretende apontar, expressando em sua maioria processos ou produtos e não efeitos ou resultados.</p> <p>2 – Carência de informações para a verificação da lógica horizontal do Programa: insuficiência nas informações pertinentes aos indicadores e ausência de meios de verificação.</p> <p>3 – Ausência de consideração dos Pressupostos ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao funcionamento do Programa, impossibilitando elaboração de um plano de resposta aos riscos.</p> <p>4 – Carência de informações para a verificação da lógica vertical do Programa e coerência e encadeamento lógico entre seus elementos: insuficiência nas informações referentes à estrutura atual de execução do Programa.</p> <p>5 – Embora a origem do Programa seja atribuída à incorporação das demandas sociais advindas do processo de escuta social (PPA-P) e conferências estaduais de Cultura, os critérios utilizados para a sua consolidação e uso na concepção do Programa não foram identificados. Por fim, a realização de diagnósticos e pesquisas para o levantamento de dados/informações referentes aos contextos nacional ou internacional para embasar a elaboração do Programa também não foram explicitados.</p> <p>6 – Escopo proposto para o Programa demasiadamente amplo, dificultando a identificação dos limites de atuação desta proposta de política pública.</p> <p>7 – Grande número de ações de naturezas diferentes, não integradas, resultado da dificuldade de apropriação da metodologia (novo PPA) e da fragilidade da sua utilização para a construção do Programa.</p> <p>8 – No processo de territorialização das metas não foram identificados os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública.</p> <p>9 – Baixo alinhamento entre ementa, enfoques estratégicos, compromissos e entregas do Programa. Há uma tendência à execução de ações de forma isolada, denotando falhas na concepção e no planejamento do Programa.</p> <p>10 – O desdobramento do escopo do Programa em ações e entregas não acontece de forma satisfatória, de modo a permitir o alcance do seu objetivo geral.</p>

PLANEJAMENTO

Pontos Fortes

1 – Existência de alinhamento das ações estratégicas dos Órgãos/Entidades e o Programa Economia Criativa, ainda que estes não possuíssem estratégia formalizada em documento específico (Planejamento Estratégico) à época de elaboração do Programa.

Pontos Fracos

1 – Carência do Programa no que tange à utilização de ferramentas de planejamento necessárias à garantia de critérios mínimos de consistência e coerência na fase de concepção/planejamento.

2 – Ainda que tenha sido utilizada a nova metodologia do PPA para a elaboração do Programa, são percebidas as fragilidades quanto ao fornecimento de suporte técnico e metodológico às equipes para apropriação dos instrumentos necessários à formulação/planejamento desta ação de política pública.

3 – Dificuldades de identificação da estratégia do Governo do Estado da Bahia de médio e longo prazo, o que gera conhecimento insuficiente a ser apropriado para a elaboração do Programa.

4 – Inexistência de mecanismos de identificação e mapeamento dos riscos. Não estão explicitados os instrumentos utilizados para a efetiva gestão dos riscos, não há menção quanto à elaboração de indicadores de monitoramento, ou mesmo um plano de ação para mitigação do risco.

5 – Falta de clareza quanto aos critérios usados para a alocação dos recursos financeiros necessários ao Programa.

6 – Recursos (físicos, financeiros e de pessoal) necessários à resolução da situação-problema insuficientes.

7 – Insegurança quanto ao cumprimento das metas estabelecidas no Programa. A dificuldade de atendimento das metas relaciona-se ao escopo demasiadamente amplo do Programa, o que traz empecilhos à identificação dos limites de atuação do Programa; baixa capacidade de planejamento e gestão da política; superdimensionamento de algumas metas; estrutura de pessoal deficiente (quantitativo, vínculo/rotatividade e formação).

8 – Baixa capacidade de resposta dos Órgãos/Entidades ante os desafios colocados para a execução das ações relacionadas aos compromissos sob sua responsabilidade. As equipes de trabalho não estão estruturadas para atender às demandas. Também é apontada deficiência relativa a recursos materiais.

9 – Superposição de atividades relativas ao Programa e conflito de competências institucionais.

10 – Comunicação ineficaz entre os Órgãos/Entidades responsáveis pelo Programa. O fluxo de informações entre os atores relevantes do Programa é inexistente ou parcial.

11 – Desvios de função e lacunas de capacidades das equipes de trabalho.

GESTÃO/EXECUÇÃO

Pontos Fortes

1 – Alinhamento entre o Programa publicado no PPA e o efetivamente executado, sobretudo após a sua revisão.

2 – Utilização de mecanismos para tornar públicas as informações sobre a execução e os resultados do Programa. Mecanismos mais utilizados: *website* oficial e Diário Oficial.

Pontos Fracos

1 – Baixa complementaridade e interdependência entre os compromissos na implementação do Programa, em função da fraca coordenação das ações dos diversos compromissos.

2 – Não existe uma instância de gestão específica para o Programa. O acompanhamento acontece de forma

descentralizada pelos diversos Órgãos/Entidades responsáveis pelo Programa, sem que sejam utilizados métodos específicos orientados ao seu monitoramento.

3 – Indicadores do PPA considerados insuficientes. Destaca-se a necessidade de se terem registros de dados mais detalhados, bem como indicadores complementares, inclusive de efetividade.

4 – Os Compromissos 2 e 9 não registraram execução financeira no período.

FONTE: Informações da Pesquisa

5. PROPOSTAS DE MELHORIAS

Baseadas nas fragilidades apontadas pela MML e pela pesquisa de campo, foram relacionadas propostas de melhoria para o Programa 138 – Economia Criativa, conforme apresentado a seguir:

Quadro 2 – Propostas de Melhoria

CONCEPÇÃO	PLANEJAMENTO	GESTÃO/EXECUÇÃO
1- Implantar prática de realização de Estudos Diagnósticos sobre as áreas de atuação dos Órgãos/Entidades responsáveis pelo Programa.	1- Oferecer capacitação para a utilização generalizada da MML.	1- Estabelecer uma Instância de Gestão Específica para o Programa do PPA.
2- Avaliar e corrigir as fragilidades constatadas na construção das metas do Programa. Estas fragilidades podem estar relacionadas à baixa consistência ou mesmo à ausência de estudos diagnósticos, ou outros critérios técnicos que direcionassem melhor a elaboração das metas.	2- Estabelecer equipe encarregada de identificar e analisar os pontos de inconsistência no planejamento do Programa e propor os ajustes cabíveis, segundo a metodologia do Marco Lógico.	2- Capacitar as equipes responsáveis pela Comunicação das Informações sobre a execução e os resultados do Programa.
3- Reelaborar os Indicadores do PPA de modo a obter mais fidedignidade aos resultados pretendidos pelo Programa.	3- Incorporar à Matriz do Marco Lógico o enunciado dos Pressupostos e respectivos Indicadores.	3- Elaborar proposta de Publicização Qualificada e específica das ações do Programa para a sociedade, o governo e outros atores importantes.
4- Constituir grupo de trabalho para levantar critérios para elaboração de proposta para a Territorialização das Metas, identificando os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações de política pública. Com base nesses resultados, explicitar as prioridades segundo os territórios de identidade.	4- Oferecer capacitação para a utilização generalizada das Ferramentas de Análise de Riscos.	4- Constituir espaço específico para discussão e apresentação de propostas de solução para os desafios da Intersetorialidade e da Comunicação Intragovernamental.
5- Efetuar revisão da ementa, dos enfoques estratégicos, dos compromissos e das entregas do Programa, com apoio de equipe que domine as novas metodologias e terminologias de elaboração do PPA e que possa contribuir para a melhor composição da lógica do PPA com as diretrizes que irão compor o Plano Estadual de Cultura.	5- Realizar o mapeamento e a Análise dos Riscos das metas seguindo os seguintes passos: aquisição de instrumentos de análise de riscos, elaboração de indicadores de monitoramento e plano de ação para mitigação do risco.	5- Introduzir a cultura de Monitoramento e Avaliação, com reconhecimento do papel fundamental desta etapa do Programa;

	6- Estabelecer grupo de trabalho para aprofundar a análise dos problemas e propor soluções para otimizar a utilização dos Recursos Financeiros: volume, critérios e processos de alocação.	6- Incorporar ao Programa do PPA as alterações na estrutura sugeridas pelos Executores do Programa.
	7- Formar grupo para identificar, analisar e propor soluções para as situações de superposição de atividades e conflito de competências institucionais relativas ao Programa. O foco: minimizar ações duplicadas, economizar e potencializar recursos (financeiros, humanos, materiais e tecnológicos).	
	8- Implantar ou fortalecer metodologias de Gestão por Competências das Equipes de Trabalho.	
	9- Capacitar as equipes responsáveis pela Execução do Programa	

FONTE: Informações da Pesquisa

6. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

6.1 Resultados gerais

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2012², o orçamento para o Programa 138 – Economia Criativa, foi aprovado com o valor inicial de R\$ 43,1 milhões. Ao final de 2012, após Propostas de Modificação Orçamentária (PMOs), a dotação do programa alcançou o valor de R\$ 49,0 milhões, representando um ajuste de aproximadamente 13,6%.

Os dados referentes a execução da despesa, relativos ao exercício de 2012, revelam que R\$ 21,1 milhões foram efetivamente pagos³, atingindo uma execução financeira em relação ao pago de 43,1%, enquanto que R\$ 38,8 milhões foram liquidados no período.

Das oito Fontes de recursos alocadas ao Programa em 2012, duas concentraram 87,8% do total: a Fonte 50 (Recursos do Fundo de Cultura – FCBA), representando cerca de 68,2% (R\$ 33,4 milhões) e a Fonte 00 (Recursos Ordinário não Vinculados do Tesouro), com 19,6% (R\$ 9,6 milhões), dos recursos alocados para o Programa. Observa-se que, após PMOs, a Fonte 50 sofreu uma redução de R\$ 628,0 mil, 1,8% no seu orçamento inicial. Quanto à execução da despesa, foram pagos R\$ 14,2 milhões, o que representa 42,5% de execução financeira em relação ao pago, enquanto que R\$ 28,6 milhões foram liquidados. Em contrapartida, a Fonte 00, obteve uma suplementação de R\$ 3,8 milhões (55,4%) e apresentou R\$ 5,3 milhões em valores pagos, com uma execução financeira de 55,2%, enquanto que R\$ 7,5 milhões foram liquidados. Dentre as demais Fontes de recursos do Programa destacam-se: a Fonte 15 (Recursos do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROCONFIS) sem orçamento inicial e execução financeira; a Fonte 63 (Contribuições e/ou Auxílios de Órgãos e Entidades Municipais – Administração direta) sem execução financeira e a Fonte 60 (Contribuições do Fundo de Investimento Econômico e Social da Bahia – FIES), com R\$ 6,5 mil de recursos liquidados e sem valor pago.

6.1 Resultados do Programa por Compromisso

O Programa 138 - Economia Criativa é formado por dez compromissos, sendo que os compromissos 3 e 5 representam 91,3% dos recursos do programa.

C3 - Fomentar os segmentos culturais na Bahia, por meio de um sistema de financiamento diversificado, que contemple a pluralidade da cultura e estimule o desenvolvimento sustentável das atividades culturais - SECULT. O Compromisso foi orçado inicialmente em R\$ 34,0 milhões, mas ao final de 2012, após PMOs, o valor alcançou aproximadamente R\$ 33,4 milhões, alocados em um única Fonte, a Fonte 50. Quanto à execução da despesa, foram pagos R\$ 14,2 milhões no exercício, configurando execução financeira em relação ao pago de 42,5%, enquanto que R\$ 28,6 milhões foram liquidados.

C5 - Promover a interatividade do telespectador da TV Educadora - TVE e ouvinte da Rádio Educadora - RE, aumentando a participação da produção local na grade das emissoras, ampliando e fidelizando a audiência e diversificando a programação dos meios de comunicação do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - Irdeb – SECOM. O Compromisso foi orçado inicialmente em R\$ 3,5 milhões, mas ao final de 2012, após modificações orçamentárias o valor alcançou aproximadamente R\$ 11,3 milhões, o que representou um incremento orçamentário de 222,9% (R\$ 7,8 milhões). Do montante atualizado, foram efetivamente pagos no exercício, R\$ 5,1 milhões registrando uma execução financeira em relação ao pago de 45,4%, enquanto que R\$ 8,2 milhões foram liquidados.

Os recursos deste Compromisso foram alocados por meio de cinco Fontes, são elas: a Fonte 00, que apresentou o maior volume de recursos dentro do compromisso, após um ajuste orçamentário de 143,1% (R\$ 4,2 milhões), atingindo o valor de R\$ 7,1 milhões; a Fonte 40, registrou orçamento atualizado de R\$ 600 mil; a Fonte 66, sofreu ajuste orçamentário de 700,% (R\$ 14,0 mil) alcançando o patamar de R\$ 16,0 mil; a Fonte 15 e a Fonte 60, foram inseridas no Compromisso no decorrer do exercício da LOA 2012, por meio de PMO.

Com relação à execução financeira das Fontes, têm-se a seguinte situação: a Fonte 00 pagou R\$ 4,4 milhões atingindo um percentual de 62,1% em relação ao pago; a Fonte 40 liquidou e pagou 91,7% dos seus recursos; a Fonte 66 liquidou e pagou 85,5% dos recursos orçado; a Fonte 60 pagou R\$ 191,1 mil registrando uma execução financeira em relação ao pago de 16,8%; por sua vez, para a Fonte 15 não foi registrada execução financeira no período.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa 138 – Economia Criativa originou-se de um processo de formulação que envolve insumos diversos: demandas sociais (PPA-P e conferências estaduais de Cultura); diretrizes do governo federal; contextos nacional e internacional.

Apesar das fragilidades verificadas durante a sua formulação e a do PPA, especialmente aquelas relacionadas com a adoção de uma nova metodologia para seu planejamento, os participantes da pesquisa informaram haver aspectos positivos originados do novo processo. São eles: entendimento comum da orientação do Programa; conhecimento dos resultados esperados do Programa, ainda que se admita sua identificação com alguns compromissos apenas; alinhamento das ações estratégicas dos Órgãos/Entidades

com o Programa Economia Criativa; e entre o Programa publicado no PPA e o efetivamente executado.

Entretanto, a existência de um grande número de ações no Programa, de naturezas diferentes e muitas vezes superpostas, merece uma análise mais detalhada. O escopo do Programa mostrou-se demasiadamente amplo, dificultando a identificação dos seus limites de atuação. Ademais, o planejamento do Programa e de suas metas constitui uma importante lacuna no processo de concepção desta proposta de política pública. O desdobramento do escopo do Programa em ações e entregas também não acontece de forma satisfatória, de modo a permitir o alcance do seu objetivo geral. Por fim, destaca-se a superposição de atividades relativas ao Programa.

Neste contexto, esta Avaliação Inicial teve por objetivo identificar os problemas relacionados com a concepção, o planejamento e a gestão do Programa e a construção de uma linha de base para as próximas avaliações, bem como contribuir, neste momento, para o seu aperfeiçoamento. Este instrumento também aponta elementos importantes que podem influenciar no desempenho dos Programas e, portanto, devem ser observados pelo monitoramento em curso no âmbito da SGA.

Por fim, esta Avaliação Inicial propõe uma série de medidas para o aperfeiçoamento do Programa, conforme apresentado no Plano de Melhoria. Destacam-se: efetuar revisão da ementa, dos enfoques estratégicos, dos compromissos e das entregas do Programa para melhor definição do seu escopo e da composição da lógica do PPA com as diretrizes que irão compor o Plano Estadual de Cultura; promover maior articulação das unidades executoras do Programa para que não haja superposição de atividades; estabelecer uma instância de gestão específica para o Programa; criar métricas para aferição de resultados do Programa: elaborar indicadores para obter mais fidedignidade aos resultados pretendidos. Faz-se necessária a definição das áreas de atuação estratégica do governo no que tange à Economia Criativa.

Ainda com o objetivo de aperfeiçoar o desempenho do Programa, os sistemas de Monitoramento deverão atentar para as seguintes recomendações:

1. Reelaborar os Indicadores do Programa e apresentá-los com as informações completas, permitindo a verificação da lógica horizontal da MML do Programa;
2. Apresentar os Pressupostos da MML, ou circunstâncias que se considera como antecedentes e necessárias ao perfeito funcionamento do Programa, para a elaboração de um plano de resposta aos riscos;
3. Avaliar e corrigir as fragilidades constatadas na construção das metas do Programa;
4. Constituir grupo de trabalho para levantar critérios para elaboração de proposta para Territorialização das Metas, identificando os atributos dos territórios, suas necessidades ou os impactos regionais das ações da política pública. Com base nesses resultados explicitar as prioridades segundo os Territórios de Identidade;
5. Revisar a ementa, os enfoques estratégicos, os compromissos e as entregas do Programa de forma a permitir a melhor composição da lógica do PPA com o Plano Estadual de Cultura.

Adicionalmente, com vistas a dar continuidade as próximas etapas do Processo de Monitoramento, os elementos que comporão o Plano de Monitoramento do ano de 2013 são aqueles constantes na estrutura proposta pelo PPA 2012-2015: metas, entregas e indicadores.

As metas serão obrigatoriamente monitoradas, em respeito a legislação vigente (Lei nº12.504 de 29 de dezembro de 2011, art. 11). No entanto, a priorização das metas será definida segundo: 1) grau de

importância para resolução do problema a que o Programa se propõe a resolver; 2) impacto na execução do Programa; 3) viabilidade da coleta de dados, 4) ser oriunda da escuta social, 5) ter recursos alocados no exercício vigente, e 6) volume de recursos alocados.

Os indicadores, diferentemente das metas, tem sua escolha enquanto elemento a ser monitorado em caráter facultativo. Devem ser utilizados quando for conveniente para as análises e conclusões sobre o programa. Podem ser os indicadores do Programa, clássicos ou ainda construídos, desde que respeitem os princípios de: 1) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável, 2) clareza e objetividade, e 3) apuração com periodicidade garantida e ou consolidada.

As entregas, assim como os indicadores, poderão ser selecionadas como elemento a ser monitorado de forma complementar. Deve-se lançar mão do seu uso quando a meta por si só não for capaz de fornecer dados que permitam uma análise conclusiva para o processo decisório. Desta forma, será necessário estabelecer previsões quantitativas anuais para que seja possível o seu monitoramento, visto que seus quantitativos não são expostos no PPA. Sua seleção deve levar em conta as seguintes fatores: 1) impacto na consecução do compromisso a que esta atrelada, 2) montante de recursos vinculados nas ações orçamentárias, e 3) viabilidade: dados disponíveis com fonte confiável.

8. REFERÊNCIAS

SEPLAN, 2013. **Relatório de Avaliação Inicial Programa 138 – Economia Criativa**, Superintendência de Gestão e Avaliação - Diretoria de Avaliação. Março, 2013.

GOVERNADOR

Jaques Wagner

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

José Sergio Gabrielli de Azevedo

CHEFIA DE GABINETE

Clóvis Caribé Menezes dos Santos

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E AVALIAÇÃO

Maria Lúcia Cunha de Carvalho

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO

Carmen Lúcia Castro Lima (até fev. de 2013)
Thaiz Braga

DIRETORIA DE MONITORAMENTO

Maria Aparecida Fortes de Almeida Presídio

COORDENAÇÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Vanduy dos Santos (até fev. de 2013)

COORDENAÇÃO DE PESQUISA E AVALIAÇÃO

Thaiz Braga (até fev. de 2013)
Rodrigo Cerqueira

COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO

Jamille Lima

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO

Roberto Costa

ELABORAÇÃO TÉCNICA

Thaiz Braga
Rodrigo Cerqueira
Mateus Silva

PESQUISA DE CAMPO E COLETA DE DADOS

Rodrigo Cerqueira
Vanduy Cordeiro dos Santos
Fábia Alves
Alacir Dantas

CONSULTORIA

PLANUS Estratégia e Gestão

EDITORAÇÃO

Egla Costa
Manoel Ribeiro

¹ A construção de uma hipótese para a MML tem por finalidade dispor as informações do Programa de forma que seja possível a análise dos indicadores propostos; a identificação da existência de fontes de verificação; e a verificação das condições externas que influenciam o alcance dos objetivos propostos. Esta é a Lógica Horizontal da MML. A identificação dos objetivos do Programa e verificação da sequência lógica das propostas apresentadas para a consecução destes objetivos constitui a Lógica Vertical.

² Dados retirados do Siplan em 14/04/13.

³ Os Restos a Pagar do exercício de 2011 estão incluídos nos montantes de recursos tanto Liquidados quanto Pagos em 2012, de modo que os valores não guardam necessariamente uma equivalência com os componentes de ações efetivamente executados no exercício.

APÊNDICE

PROGRAMA 138 - ECONOMIA CRIATIVA - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA R\$ 1.00

Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçamento Inicial (A)	Orçamento Atual (B)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Orçamento Atual Total (B/F)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenhado (C)	Execução Financeira do Empenhado / Orçamento Atual (C/B)	Liquidação (D)	Execução Financeira do Liquidado / Orçamento Atual (D/B)	Pago (E)	Participação (%) do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	Execução Financeira do Pago / Orçamento Atual (E/B)
C1 - SECULT - Fortalecer os negócios culturais na Bahia e profissionalizar as entidades e agentes que operam nas cadeias produtivas da cultura por meio da formação e da qualificação na área cultural	1.089.000	1.133.527	2,3	44.527	805.523	71,1	789.575	69,7	686.726	3,3	60,6
00 - ORDENÁRIO	1.089.000	833.527	1,7	-255.473	805.523	96,6	789.575	94,7	686.726	3,3	82,4
15 - PROCONFIS (Lei nº 11.358/09)	0	300.000	0,6	300.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
C2 - SICM - Estimular e fortalecer o segmento cultural criativo baiano como vetor de desenvolvimento, ampliando a sua capacidade de geração de renda e ocupação	50.000	0	0,0	-50.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
00 - ORDENÁRIO	50.000,00	0,00	0,0	-50.000	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	0,0
C3 - SECULT - Fomentar os segmentos culturais na Bahia, por meio de um sistema de financiamento diversificado, que contemple a pluralidade da cultura e estimule o desenvolvimento sustentável das atividades culturais	34.038.250	33.410.250	68,2	-628.000	28.597.270	85,6	28.597.270	85,6	14.214.452	67,3	42,5
50 - FCEA	34.038.250	33.410.250	68,2	-628.000	28.597.270	85,6	28.597.270	85,6	14.214.452	67,3	42,5
C4 - SECULT - Fortalecer a cultura digital na Bahia	100.000	18.501	0,0	-81.499	18.501	100,0	18.501	100,0	18.501	0,1	100,0
00 - ORDENÁRIO	100.000	18.501	0,0	-81.499	18.501	100,0	18.501	100,0	18.501	0,1	100,0
C5 - SECOM - Promover a interatividade do telespectador da TV Educadora - TVE e oriunde da Rádio Educadora - RE, aumentando a participação da produção local na grade das emissoras, ampliando e fidelizando a audiência e diversificando a programação dos meios de comunicação do Instituto de Radio-difusão Educativa da Bahia - Irdeb	3.502.000	11.306.500	23,1	7.804.500	8.181.588	72,4	8.167.701	72,2	5.132.158	24,3	45,4
00 - ORDENÁRIO	2.900.000	7.050.500	14,4	4.150.500	6.464.128	91,7	6.464.128	91,7	4.377.152	20,7	62,1
15 - PROCONFIS (Lei nº 11.358/09)	0	2.500.000	5,1	2.500.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
40 - RDA INDIRETA	600.000	600.000	1,2	0	564.068	94,0	550.181	91,7	550.264	2,6	91,7
60 - FIES	0	1.140.000	2,3	1.140.000	1.139.704	100,0	1.139.704	100,0	191.053	0,9	16,8
66 - TRANSF ORGAO-FUNDO INTERNAC/INDIRETA	2.000	16.000	0,0	14.000	13.688	85,5	13.688	85,5	13.688	0,1	85,5

PROGRAMA 138 - ECONOMIA CRIATIVA - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

R\$ 1,00

Compromisso / Código - Fonte de Recurso	Orçamento Inicial (A)	Orçamento Atual (B)	Participação do valor do compromisso e fonte / Orçamento Total (B/F)	Movimentação Orçamentária (B-A)	Empenhado (C)	(%) Execução Financeira do Empenhado / Orçamento Atual (C/B)	Liquidação (D)	(%) Execução Financeira do Liquidado / Orçamento Atual (D/B)	Pago (E)	Participação do valor do compromisso e fonte / Pago Total (E/G)	(%) Execução Financeira do Pago / Orçamento Atual (E/B)
C6 - SEC - Fomentar o desenvolvimento das expressões artísticas, manifestações culturais, ações de lazer e preservação do patrimônio cultural produzidas em suas diferentes configurações e possíveis interfaces com outras áreas	1.568.000	1.290.804	2,6	-277.196	923.301	71,5	918.451	71,2	824.478	3,9	63,9
14 - VINC. EDUCAÇÃO	1.068.000	790.804	1,6	-277.196	771.133	97,5	766.578	96,9	717.136	3,4	90,7
40 - FDA INDIRETA	450.000	450.000	0,9	0	145.636	32,4	145.341	32,3	107.341	0,5	23,9
63 - TRANSF VOLUNTARIA MUNICIPAL/INDRETA	50.000	50.000	0,1	0	6.532	13,1	6.532	13,1	0	0,0	0,0
C7 - SECULT - Ampliar a viabilidade da cultura baiana no Brasil e no exterior e inserir a Bahia em espaços de intercâmbio e cooperação cultural nacional e internacional	140.000	219.900	0,4	79.900	220.144	100,1	210.393	95,7	181.989	0,9	82,8
00 - ORDINARIO	140.000	219.900	0,4	79.900	220.144	100,1	210.393	95,7	181.989	0,9	82,8
C8 - SETRE - Tornar os produtos do artesanato baiano mais competitivos no mercado mundial por meio do estímulo à produção de excelência e aos princípios da responsabilidade socioambiental	400.000	400.000	0,8	0	55.742	13,9	55.742	13,9	46.962	0,2	11,7
00 - ORDINARIO	400.000	400.000	0,8	0	55.742	13,9	55.742	13,9	46.962	0,2	11,7
C9 - SETRE - Estimular a produção e a comercialização do artesanato baiano	2.250.000	1.090.000	2,2	-1.160.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
00 - ORDINARIO	2.250.000	1.090.000	2,2	-1.160.000	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
C10 - SICAM - Qualificar o artesanato baiano por meio da avaliação da conformidade dos requisitos normativos para este produto	3.000	120.500	0,2	117.500	8.164	6,8	4.707	3,9	4.707	0,0	3,9
00 - ORDINARIO	3.000	3.000	0,0	0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0,0
40 - FDA INDIRETA	0	117.500	0,2	117.500	8.164	6,9	4.707	4,0	4.707	0,0	4,0
TOTAL DE PROJETOS	20.836.500	26.742.370	54,6	5.905.870	21.000.037	78,5	20.983.434	78,5	8.704.006	41,2	32,5
TOTAL ATIVIDADE FINALISTICA	22.303.750	22.247.612	45,4	-56.138	17.810.196	80,1	17.778.907	79,9	12.405.966	58,8	55,8
TOTAL DO PROGRAMA sem Empresas não Dependentes*	43.140.250	48.989.982	100,0	5.849.732	38.810.232	79,2	38.762.341	79,1	21.109.972	100,0	43,1
TOTAL DO PROGRAMA com Empresas não Dependentes*	43.140.250	48.989.982	100,0	5.849.732	38.810.232	79,2	38.762.341	79,1	21.109.972	100,0	43,1

Informações Gerais do Programa 138

Fonte: Sipián, 14/03/2013
* Os valores são coincidentes devido a não participação de "Empresas não Dependentes" neste programa.